



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 67 / 2021

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo, no uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 72 da Lei Orgânica, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi **VETAR PARCIALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 1193/2021**, que **"extingue o cargo de operador de máquinas pesadas e motorista de veículos no âmbito do Município de Porto Velho, e dá outras providências"**.

Consultada, a Procuradoria Geral do Município **SUGERIU** nos seguintes termos:

"Encaminhado os autos para a Subprocuradoria Legislativa fora proferido o Parecer n. 148/2021/STL/PGM, com a seguinte conclusão:

"Por estas razões e com base no art. 72, §1º da LOM/PAVH, art. 42, §1º da CE/RO, é que SUGERIMOS o VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1193/2021 por INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL, em razão de vício de iniciativa"

Pois bem.

Tenho por avocar o referido parecer para exarar entendimento diverso quando sua conclusão.

Inobstante o entendimento exarado pelo setor legislativo quanto o art. 2º do Projeto de Lei Complementar estar em desacordo com o §9º do art. 39 da Constituição Federal com nova redação trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, verifico que há certa confusão na interpretação da norma que fora modificada.

Ao analisar a Lei Complementar n. 587 de 22 de dezembro de 2015 vê-se que o em seu artigo n. 3º foi criada uma Gratificação Específica, destinada a servidores públicos ocupantes de cargo de Operador de Máquinas Pesadas e Motorista de Veículos Pesados no âmbito da Prefeitura do Município de Porto Velho, vejamos:

"Art. 3º. Fica instituída a Gratificação Específica, destinada aos servidores públicos ocupantes dos cargos efetivos de Operador de Máquinas Pesadas e Motorista de Veículos Pesados no âmbito da Prefeitura do Município de Porto Velho, definidas nos termos do anexo II desta Lei.

§ 1º No período de férias regulamentares e demais licenças remuneradas nos termos da Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010 o servidor terá direito a gratificação a qual será aferida com base na média dos últimos 03 meses de atividade.

§ 2º A gratificação de que trata o caput será revisada na mesma data da revisão geral anual, observado o mesmo índice concedido aos servidores do Poder Executivo."

Ao analisar o texto normativo vê-se que a gratificação criada a partir da publicação da LC 587/2015 é inerente ao cargo de Operador de Máquinas Pesadas e Motoris-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

De outro lado, analisando o restante do Projeto de Lei Complementar n. 1193/2021, vejo que a forma genérica pela qual ficou disposto o artigo 3º² é incompatível com o ordenamento jurídico vigente. Explico.

A disposição de maneira genérica que outras vantagens ou gratificações (sem especificar quais) possuem direito adquiridos pode ferir o ordenamento jurídico incorporando verba que são temporárias de fato ou que estão sendo pagas em razão de uma situação temporal específica (um abono temporal ou algo semelhante) que não tenha o caráter permanente para fins previdenciários.

E ainda, no que se refere a decisões judiciais, não há nenhuma necessidade da norma trazer isso em seu texto já que a decisão em si tem a força de aplicação.

Tais motivos nos levam a sugerir o veto do referido artigo 3º do Projeto de Lei Complementar n. 1193/2021.

Deste modo, considerando os argumentos expostos acima, tenho por avocar o parecer n. 148/2021/STL/PGM, **para sugerir o VETO PARCIAL do Projeto de Lei Complementar n. 1193/2021, especificamente em seu artigo 3º, sugerindo de igual modo, a sansão dos demais artigos.**"

Essas, senhores Vereadores, são as razões que me levaram a **VETAR PARCIALMENTE** o projeto de lei complementar em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal.

Porto Velho – RO, 1º de dezembro de 2021.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito

²Ar3. 4º As vantagens e gratificações que possuem direito adquirido, decisões judiciais e outras situações previstas em lei, permanecerão sem nenhum prejuízo.